

parlamento
jovem
Minas 2025



BOLETIM DE MONITORAMENTO DE PROPOSTAS

Juventude e Direitos Culturais

Apoio



Câmaras
municipais
parceiras

Realização

Escola
do Legislativo



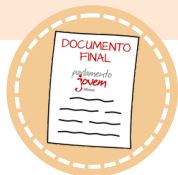
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE MINAS GERAIS

O QUE ACONTECE COM AS PROPOSTAS DO PARLAMENTO JOVEM NA ALMG?

1. Aprovação e Entrega do Documento Final

Ao longo do Parlamento Jovem, os estudantes elaboram, discutem e votam propostas.

Na Plenária Estadual (última etapa), as propostas aprovadas são reunidas no **Documento Final**, que é entregue à ALMG.



2. Transformação do Documento Final em Propostas de Ação Legislativa (PLEs)

O Documento Final é enviado para a **Comissão de Participação Popular (CPP)** da ALMG.

Essa comissão é responsável por receber propostas da sociedade e transformá-las em **Propostas de Ação Legislativa (PLEs)**.

No caso do Parlamento Jovem, cada **subtema** gera uma PLE. Assim, o Documento Final origina **três PLEs diferentes**, cada uma com sua própria numeração.



3. Análise da PLE e parecer do relator

Cada PLE é encaminhada a um deputado relator, escolhido pelo presidente da comissão. Esse relator analisa o conteúdo e pode conversar com pessoas ou grupos envolvidos no tema para embasar sua avaliação. Ao final, ele apresenta um parecer, recomendando:

- o **acolhimento** ou
- a **rejeição** da proposta

Se recomendar o acolhimento, ele também indica em qual forma a proposta pode seguir:

- **Requerimento:** pedidos de informação, providências, audiências públicas, visitas, entre outros
- **Projeto de Lei (PL):** criação de uma nova lei
- **Emenda a Projeto de Lei:** alteração em um projeto que já está em tramitação



4. Deliberação na Comissão

A Comissão de Participação Popular realiza uma reunião para deliberar sobre a PLE e o parecer do relator.

Essa reunião é aberta à participação dos interessados. A proposta é lida pelo relator e colocada em votação pelo presidente da comissão. Se for aprovada, as proposições decorrentes dela seguem a tramitação no processo legislativo (ou seja, passa a fazer parte das matérias em análise na ALMG).

Importante: uma mesma PLE pode gerar **mais de uma proposição**.



5. Tramitação da Proposição Legislativa na ALMG

A partir daí, a proposição segue os trâmites previstos no Regimento Interno da ALMG, de acordo com o seu tipo (requerimento, projeto de lei ou emenda).



PARECER DO RELATOR	PROPOSIÇÕES RELACIONADAS	RESPOSTAS
Síntese do parecer, que acolhe as sugestões por meio de requerimento: 1.1 Implantação de casas de cultura: A proposta é importante para ampliar o acesso dos jovens a espaços culturais, principalmente nos municípios com menos oferta. Para ser colocada em prática, ainda precisa de análise sobre custos e de articulação com outras áreas. 1.2 Cultura jovem nas praças públicas: A proposta valoriza o uso cultural das praças e a participação dos jovens, mas sua execução depende principalmente da gestão de cada município. O Estado pode apoiar com orientações, formação e possíveis editais de incentivo. 1.3 Realização de festivais culturais regionais: A sugestão fortalece a integração entre municípios e o intercâmbio cultural. Sua execução depende da adesão das prefeituras, mas o Estado pode apoiar com articulação, orientação técnica e recursos para incentivar festivais regionais. 1.4 Criação de programa de revitalização cultural: A sugestão propõe a revitalização de espaços públicos e o protagonismo juvenil, em sintonia com as políticas culturais do Estado. Sua execução pode aproveitar experiências já existentes em Minas Gerais, com participação voluntária dos municípios e apoio técnico e institucional do Estado.	RQN 15.736/2025 Requerimento enviado para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG) solicitando a avaliação da implantação de casas de cultura em municípios com menor oferta de equipamentos culturais e o desenvolvimento de ações de apoio técnico e incentivo a atividades culturais juvenis, festivais regionais e revitalização de espaços públicos para uso cultural.	Síntese da resposta da Secult: 1.1 Implantação de casas de cultura: A Secult reconhece a relevância da proposta e informa que já está trabalhando na implantação de CEUs da Cultura em 16 municípios mineiros, com foco em ampliar o acesso a equipamentos culturais. 1.2 Cultura jovem nas praças públicas: A Secult informa que já desenvolve ações de apoio técnico e capacitação para os municípios, especialmente por meio do programa Secult no Município, que orienta e fortalece iniciativas culturais locais. 1.3 Realização de festivais culturais regionais: A Secult destaca que o apoio a esse tipo de iniciativa pode ser feito por meio de editais, do Fundo Estadual de Cultura e da Lei Estadual de Incentivo à Cultura, permitindo financiar ações culturais e formativas nos territórios. 1.4 Criação de programa de revitalização cultural: A Secult reconhece a importância da proposta e explica que, embora não faça repasses diretos, oferece capacitações e mecanismos de fomento que podem apoiar projetos culturais desenvolvidos pelos municípios.

PARECER DO RELATOR	PROPOSIÇÕES RELACIONADAS	RESPOSTAS
Síntese do parecer, que acolhe as sugestões por meio de requerimento: 2.1 Criação de plataforma digital: A proposta de criar uma plataforma gratuita para mapeamento cultural já está contemplada pelo Portal Minas Gerais, que reúne informações sobre acervos, eventos, atrações culturais e roteiros turísticos do estado. 2.2 Ampliação das vagas para jovens nos conselhos de cultura: A sugestão reconhece a importância da participação dos jovens nos conselhos culturais, mas sua aplicação depende de leis locais e, no âmbito estadual, exigiria alteração normativa. A medida também precisa de formação e mobilização para garantir uma participação efetiva, e não apenas formal. 2.3 Criação do Fórum Permanente da Juventude Cultural de MG: A sugestão amplia os canais de escuta e o diálogo entre jovens, gestores culturais e especialistas. Com ações presenciais e digitais, ela fortalece a participação juvenil de forma contínua e organizada nas políticas culturais. 2.4 Criação de programa estadual de fomento: A sugestão busca dar prioridade a projetos de jovens de territórios periféricos, para reduzir desigualdades no acesso aos recursos públicos. Porém, a definição de um percentual fixo no Fundo Estadual de Cultura exige estudo mais detalhado; por isso, editais específicos e critérios de pontuação podem ser alternativas mais viáveis.	RQN 15.735/2025 Requerimento enviado para a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult-MG) solicitando a adoção de medidas para ampliar a participação juvenil no Conselho Estadual de Política Cultural; criar o Fórum Permanente da Juventude Cultural de Minas Gerais; e fortalecer o financiamento de projetos culturais realizados por jovens, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social.	Síntese da resposta da Secult: 2.2 Ampliação das vagas para jovens nos conselhos de cultura: O CONSEC-MG é um órgão colegiado de caráter consultivo, propositivo, deliberativo e fiscalizador, e já conta com instâncias de participação social como os Fóruns de Segmentos e os Fóruns Livres. A entrada de jovens no conselho ocorre por processo eleitoral, e a Secult e o CONSEC incentivam a mobilização da juventude para disputar futuras vagas, ampliando a representatividade de grupos sub-representados. 2.3 Criação do Fórum Permanente da Juventude Cultural de MG: A legislação vigente já prevê mecanismos para a criação de espaços específicos de diálogo da juventude, como os Fóruns de Segmentos e os Fóruns Livres, que podem ser instituídos pelos próprios conselheiros. 2.4 Criação de programa estadual de fomento: a Secult informa que vai analisar estratégias para ampliar o acesso de jovens aos recursos da política cultural, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

PARECER DO RELATOR	PROPOSIÇÕES RELACIONADAS	RESPOSTAS
Síntese do parecer, que acolhe as sugestões por meio de requerimentos: 3.1 Instituição da história e cultura afro-brasileira e indígena no calendário escolar: A sugestão já está contemplada nas normas em vigor, pois o tema afro-brasileiro e indígena já é obrigatório no currículo escolar e o calendário da rede estadual inclui datas e atividades relacionadas. Além disso, escolas indígenas e quilombolas podem adotar um calendário diferenciado, conforme suas especificidades. 3.2 Instauração do programa “Arte sem Fronteiras”: A sugestão articula cultura, saúde e assistência social para apoiar jovens em situação de vulnerabilidade. Sua implementação, porém, exige coordenação entre secretarias, equipes preparadas, acessibilidade e análise de viabilidade, podendo começar por experiências-piloto em regiões com rede de apoio estruturada. 3.3 Criação de plataforma digital de preservação e divulgação cultural: A sugestão é compatível com a modernização da política de patrimônio cultural, mas sua execução exige digitalização de acervos, integração entre instituições e manutenção contínua da plataforma. Também depende de articulação com prefeituras e escolas, além de análise de viabilidade. 3.4 Criação da “Olimpíada do Patrimônio Cultural”: A sugestão fortalece a educação patrimonial e incentiva atividades criativas sobre a cultura local. Sua realização é possível com articulação entre Estado, municípios e escolas, desde que a adesão seja voluntária e respeite a autonomia pedagógica.	RQN 15.738/2025 Requerimento encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES, pedindo providências para instituir, em parceria com a Secult e a Sedese, programa para oferecer espaços de expressão e criatividade inclusiva para jovens neurodivergentes, com deficiência, em sofrimento mental ou em situação de vulnerabilidade, utilizando a arte como ferramenta de terapia. RQN 15.739/2025 Requerimento encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para analisar a possibilidade de instituir a Olimpíada do Patrimônio Cultural, uma competição destinada a promover a valorização do patrimônio histórico e cultural, em escolas públicas e privadas.	Síntese da resposta da Secretaria de Estado de Saúde: A SES informa que a Rede de Atenção Psicossocial já conta com Centros de Convivência e Cultura, que promovem cuidado, inclusão social, sociabilidade e reabilitação psicossocial. Também destaca que, em 2025, foi destinado R\$ 14.760.000,00 para o cofinanciamento de 121 centros. Síntese da resposta da Secretaria de Estado de Educação: A SEE informa que o tema Patrimônio Histórico e Cultural já está previsto no Currículo Referência de Minas Gerais, de forma transversal e interdisciplinar, especialmente nas áreas de Arte, Geografia, História e Ensino Religioso. Também destaca que as escolas têm autonomia para desenvolver projetos e atividades sobre o tema, de acordo com sua realidade e seu projeto pedagógico. Assim, a proposta dialoga com as diretrizes curriculares vigentes, podendo ser contemplada por meio de aulas, iniciativas e experiências pedagógicas já desenvolvidas ou a serem implementadas, em consonância com as normativas e orientações da rede estadual de ensino.

COMO ACOMPANHAR OS DESDOBRAMENTOS DAS PROPOSTAS DO PJ DE MINAS NO PORTAL DA ALMG:

1. Acesse: www.almg.gov.br
2. Clique em [Atividade Parlamentar > Projetos de Lei](#)
3. Em “Tipo”, selecione Proposta de Ação Legislativa
4. Em “Assunto”, digite parlamento jovem
5. Se quiser, informe o ano
6. Clique em buscar

OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:

- Cadastre-se no [portal](#) para receber boletins por e-mail e acompanhar o andamento das propostas no processo legislativo.
- Explore o recurso [Opine sobre Projetos de Lei](#).
- Utilize os [canais de comunicação da ALMG](#) com os cidadãos para esclarecer dúvidas, apresentar sugestões, questionamentos ou fazer contato com os deputados.